

**OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE****DATA: 06/05/2025****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Conselho Estadual e Saúde de
002 Goiás, situado na Avenida República do Líbano nº 1875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor Oeste,
003 nesta capital, dá-se o início às 08:56 h (oito horas e cinquenta e seis minutos) à **Quinta Reunião**
004 **Ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco** do CES/GO, para apreciação e deliberação das seguintes
005 pautas: **ITEM 1** - (09h45min): Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Ordinária; 1ª Reunião
006 Extraordinária de 2025 da Plenária do CES. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 2** - (10h15min): Política
007 Estadual de Humanização. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 3** - (11h00min): 1º, 2º e 3º Relatórios
008 Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de 2024. **Exposição:** CIMEOF. **ITEM 4** - (11h45min):
009 Planejamento das Comissões Intersetoriais. **Exposição:** Mesa Diretora. **ITEM 5** - (12h00min): 5ª
010 Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Exposição:** Comissão Organizadora
011 da 5ª CESTT. **ITEM 6** - (12h15min): Apresentação do Painel de Auditoria do SUS. **Exposição:** Júlia
012 Elisa Willik, GEAUD - SUS. **ITEM 7** – Apresentação do Painel de Transparência em Saúde.
013 **Exposição:** Lívia Oliveira Soares – GEGAB. **Verificação de Quórum:** Presidente Walter inicia a
014 reunião pela checagem de quórum, fazendo leitura da lista de presença dos segmentos e constata que há
015 quórum. Passam à condição de titular os seguintes conselheiros (as) suplentes: **Segmento de Usuário:**
016 Wilson Cardoso Pires, representante da CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e
017 Contatologia do Estado de Goiás; Gerinaldo Teodoro Assunção, representante do GRUPAGO – Grupo
018 de Pacientes Artríticos. **Segmento Prestador:** Leonora Rezende representante da UFG – Universidade
019 Federal de Goiás; Letícia Tonini, representante da FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **1 - JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA:** Primeiro Secretário Neilton , cumprimenta a todos (as) e lê as
020 justificativas de: Suscena Silvia Hummel, representante do CRC – Conselho Regional do Conselho de
021 Contabilidade do Estado de Goiás; Cristiany Beatriz Santos, representante da REDE - TRANS - Rede
022 Nacional de Pessoas Trans. **4 – INFORMES DA MESA DIRETORA:** **4.1 Segunda Secretária Marta**
023 **Maria**, cumprimenta a todos (as) e lê a indicação de representantes da UFG – Universidade Federal de
024 Goiás, Sra Luciana Alves de Oliveira , Sr. Manoel Henrique Ribeiro, e Ricardo Lira de Rezende Neves
025 para compor a CIMEPS – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução da Política de Saúde. O
026 documento que será inserido a esta ata como complementariedade de sua fala. **2 – INFORMES**
027 **CONSELHEIROS:** **2.1 Conselheira Heloíza Massanaro** cumprimenta a todos (as) e manifesta
028 preocupação com relação às conferências da etapa municipal, que terminaram. Cita a questão da
029 presença de diversas propostas exatamente iguais, vindas de municípios diferentes e também a questão
030 de empresas que são responsáveis pelos documentos e treinamento dos trabalhadores que produziram
031 propostas exatamente iguais. Denuncia que isso parece uma terceirização do controle social e é preciso
032 refletir sobre essas questões. Destaca que é necessário pensar como o CES e demais conselhos
033 municipais de saúde lidarão sobre o clima organizacional, salienta que isso interfere no adoecimento,
034 inclusive mental que tem tido uma grande frequência. Reforça que essa discussão fará com que o
035 controle social avance. Alerta para que não ignorem a importância do assunto, pois somos todos
036 candidatos a assediadores e é preciso lidar com isso. Termina agradecendo. **2.2 Conselheira Christiane**
037 representante do SINDLABS – Sindicado dos Laboratórios de Análises e Bancos de sangue do Estado
038 de Goiás, cumprimenta a todos (as) e ressalta que em relação às reuniões, os conselheiros (as) devem
039 fazer o seu papel, pois eles (as) têm faltado, não estão acompanhando e não têm estudado as demandas.
040 Solicita que todos estejam presentes ou então que façam estudos prévios das pautas. Lembra que o CES
041 está buscando pessoas com capacidade técnica para oferecer as assessorias e por enquanto estão
042 utilizando de profissionais das entidades. Informa que as demandas de sua Comissão estão sendo sempre
043 discutidas. Expõe que a fala da conselheira Heloíza é importante e que recebeu algumas denúncias de
044 assédio moral. Sugere à Mesa que o tema seja discutido em uma plenária exclusiva, para saber como
045 assédio moral.



046 caminhar, pois é necessário ter coerência, respeito e honestidade. Agradece à FUNEV – Fundação
 047 Universitária Evangélica, que gere o HEANA – Hospital Estadual de Anápolis Dr. Henrique Santillo,
 048 onde seu avô foi atendido brilhantemente pelos profissionais, dali, recebendo tratamento impecável.
 049 Fala que é preciso saber quem está cumprindo o papel dentro das Unidades e que esses profissionais
 050 também merecem respeito. Agradece também a equipe da AGIR – Associação de Gestão, Inovação e
 051 resultados em Saúde, que gere o HUGOL – Hospital Estadual de Urgências Dr. Otávio Lage de
 052 Siqueira, onde seu sobrinho passou por cirurgia, tendo também sido muito bem atendido. Ressalta que
 053 as questões têm que ser documentadas, pois está todo mundo esgotado e não é só aqui e é preciso
 054 discutir. Declara tem que parar de membro da Mesa Diretora pegar o microfone e falar em cima de todo
 055 mundo, precisamos olhar nos olhos uns dos outros e nos respeitar novamente. **Presidente Walter** diz
 056 que também queria entrar nessa discussão, pois ficou assustado com o que viu no grupo das comissões
 057 essa semana e a conselheira tem razão, pois os espaços de discussão são de reuniões presenciais e
 058 virtuais, mas não da forma como está acontecendo. Conta que falou com corpo técnico sobre o que
 059 estava acontecendo. Pergunta onde estão estes conselheiros(as) e fala para os que não querem cumprir
 060 ou não estão tendo condições que avisem sua entidade, para que ela indique outra pessoa. Recorda que a
 061 Mesa Diretora do CES, fez um convite para assessoria técnica do Conselho Regional de Contabilidade e
 062 Ordem dos Advogados do Brasil, para compor a comissão e diz que a comissão não deu o devido valor
 063 a essa assessoria, portanto não podem reclamar, pois fizeram apenas duas reuniões com eles. Informa
 064 que perguntou ao corpo técnico, onde estão os pareceres constituídos na gestão anterior e enviados a
 065 uma comissão que não deu o resultado dos mesmos, diz que a Mesa cobrará. Informa que mesmo com a
 066 falha que tinha o corpo técnico, ele construiu pareceres, portanto a Mesa irá invocá-los e apresentá-los
 067 ao plenário. Destaca que há dois tipos de convidados no CES: os que são convidados pela Mesa Diretora
 068 ou convidados formalmente pelas entidades que compõem o CES. Informa que quem não tiver
 069 indicação, por determinação da presidência de forma regimental não participará das comissões.
 070 **Primeiro Secretário Neiton** declara que enquanto não dermos conta de separar dentro do que tem que
 071 separar e unir o deve unir, diz que gestores, prestadores e trabalhadores fazem o seu papel, porém os
 072 usuários (as) não conseguem fazer seu papel, pois eles não sabem quem são. Opina que tem que haver
 073 essa discussão para dar andamento nesta situação. **2.3 Conselheira Rosália** representante do MS -
 074 Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás faz uma questão de encaminhamento, diz
 075 que como tem algumas reuniões que ela estava em outra agenda do Conselho Nacional de Saúde,
 076 portanto não participou. Declara que este plenário foi constituído, então é preciso rever o regimento e é
 077 papel da Mesa, conduzir a implantação do Grupo de Trabalho para revisar o Regimento. Ressalta que há
 078 novos conselheiros (as) no CES que não conhecem o Regimento. Informa que como representante do
 079 MS, solicita pauta para próxima reunião, para composição do GT, para revisão do Regimento do CES.
 080 **2.4 Conselheira Luzinéia** representante do SINDSAÚDE – Sindicado dos Trabalhadores do Sistema
 081 Único de Saúde no Estado de Goiás, pede uma questão de esclarecimento. Cumprimenta a todos (as) e
 082 expõe que se inquietou quando diz que é atribuição da presidência decidir quem será convidado pelo
 083 plenário e que é uma questão regimental. Esclarece no artigo na seção 3 do Regimento do CES, das
 084 Comissões Intersetoriais e dos Grupos de Trabalho, no parágrafo 5º consta que, as comissões poderão
 085 convidar representantes das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde e outras secretarias, do
 086 COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, especialistas indicados pelo CES e a partir da
 087 aprovação do plenário. Alega que, portanto, que isso não é atribuição da Mesa Diretora nem da
 088 presidência. **Presidente Walter** explica que a comissão apresenta o pedido e quem encaminha o
 089 convite é a Mesa Diretora. **2.5 Conselheira Luzinéia** diz que ainda não concluiu e que está no
 090 Regimento e continua sua leitura. Ela alerta que temos que tomar muito cuidado, porque muitas vezes a
 091 gente se apropria do Regimento, fala e não tem conhecimento do mesmo. Salienta que os convites
 092 podem ser feitos de acordo com a necessidade, mas o plenário que precisa homologar. **Presidente**
 093 **Walter** declara que tem conselheiros (as) que se apegam apenas aos detalhes do Regimento, portanto



094 reformando o regimento não vai fazer com que o conselheiro cumpra seu papel. Expressa que estamos
095 no processo de construção de uma conferência e são poucos os que contribuem. Afirma que terminando
096 a conferência será montado um GT para revisar o Regimento do CES, diz que é anacrônico. (a). Dá as
097 boas-vindas à Sra. Gabriela Gerente da SUVISA, à Sra. Gerente Humanização Maria Salete, Sra.
098 Helenice – GRUPO AAVE, Sra. Maria Aparecida AVAVE. Segue para: **3. INFORME DAS**
099 **COMISSÕES:** **3.1 – CIMEPS** – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução da Política de
100 Saúde **Convidada Viviane** representante do SIEG – Sindicado dos Enfermeiros do Estado de Goiás e
101 relatora dessa comissão cumprimenta a todos (as). Informa que a comissão tem se reunido, estando em
102 processo de reorganização e fazendo um planejamento que, inclusive foi entregue à Mesa Diretora.
103 Expõe que estão definindo por reuniões quinzenais, e que a conselheira Rosa Irlene apresentou um
104 formulário de metodologia de trabalho, que será utilizado para facilitar a análise e estará acessível aos
105 conselheiros(as), ressalta que os instrumentos são responsabilidade de todos (as). Esclarece que as
106 comissões tem atribuições específicas para aprofundar nessas análises, mas é importante que
107 conselheiros(as) conheçam os instrumentos. Fala da preocupação por haver vários documentos
108 represados na comissão, pois desde o mês de janeiro estão em processo de organização. Destaca que de
109 produto este ano, entregaram o Parecer da Policlínica Formosa, e vem sendo feitas as análises ou pelo
110 menos se instrumentalizado para dar andamento nas que estão paradas. Faz um apelo para que venham
111 usuários (as) para essa comissão, explicando que essa comissão analisa a execução da política de saúde
112 pública do estado de Goiás, e tem que ser a comissão que mais interesse aos usuários (as). Expõe que
113 atualmente o pessoal do Planejamento da SES, está em peso na comissão e ela e a Sra. Elza que são
114 convidadas representando trabalhadores. **Presidente Walter** pergunta a Sra. Viviane se a coordenadora
115 Rosa Irlene está no plenário, dizendo que não basta assinar a lista e não participar da plenária. Informa
116 que cortará o ponto, pois não pode assinar a presença e viajar. **Sra. Viviane** explica que a coordenadora
117 Rosa Irlene esteve aqui, pois havia uma proposta de se reunirem antes da plenária, salienta que é de
118 conhecimento de todos inclusive da Mesa Diretora. **Presidente Walter** informa que as entidades
119 suplentes : **SINDÓPTICA** - Sindicato do Comércio Varejista de Material Fotográfico e Cinematográfico
120 do Estado de Goiás, representada pelo conselheiro Leandro Luiz Fleury Rosa, se não comparecer na
121 próxima plenária, completará três faltas consecutivas ; o **CRF** - Sindicado dos Farmacêuticos no Estado
122 de Goiás, representado pelo conselheiro Flaubert Santana de Azereedo, também a **GGP** – Gerência de
123 Gestão de Pessoas - SES, representada pelo conselheiro Fernando Augusto Ataide, estão com três faltas
124 consecutivas e deverão ser notificadas e posteriormente responder em 30 (trinta) dias, lembrando que
125 por regra regimental, tanto titular quanto suplente devem participar das plenárias do CES. **3.2 -**
126 **CIEPCSS** – Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS.
127 **Conselheira Elizabeth** representante da AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás, informa que
128 tiveram uma reunião no dia 22/04 para a avaliação da PAS – Programação Anual de Saúde 2025 e 2026,
129 e já encaminharam o que pontuaram para o Conselho. Relata que foi alterada a Oficina do Participa+ em
130 Jataí, que aconteceria dia 26 e 27 de junho, devido ao choque de datas com a conferência estadual,
131 portanto foi proposto que a Oficina aconteça no dia 03 e 04 de julho, ressalta que a data virtual não
132 mudou e será dia 10 de junho. Relata sobre a reunião que ela e a servidora Agda, tiveram com os
133 representantes da Escola Saúde, a Sra. Tânia, o Sr. João Batista e a Sra. Ivanilda Neide, para tratar sobre
134 o Curso de Conselheiros, pois o último edital foi interrompido, conta que a pedido da Mesa fez a
135 avaliação de até onde ele teve andamento. Expõe que na reunião foi proposto que fizessem um
136 levantamento de todos os conselheiros (as) inscritos nesse último edital, para entrar em contato para ver
137 como será a participação. Conta que o Sr. João consultaria a assessoria jurídica da Escola de Saúde para
138 ver se poderiam usar o mesmo edital, sendo que foi proposto abrir novo edital, mas como a CIEPSS não
139 pode decidir isso, então estão aguardando uma reunião com a Mesa Diretora para definir como ficará o
140 andamento do curso. Salienta que a parte da comissão foi feita e após essa reunião será deliberado sobre
141 os próximos passos. **3.3 – CIAMCMS** – Comissão Intersetorial de Apoio e Monitoramento aos





142 Conselhos Municipais de Saúde. **Conselheiro João Bernardino** representante do Sindicado dos
 143 Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás, e coordenador dessa comissão
 144 cumprimenta a todos (as), e conta que fizeram quatro reuniões presenciais e resolveram o problema de
 145 quatro municípios dentre eles Porteirão que foi reorganizado. Expõe que tiveram mais de quinze
 146 reuniões on-line para definir novos termos de cooperação técnica. Relata que foi solicitado pela
 147 comissão, uma reunião com a Mesa, que já aconteceu, onde tentaram acertar o fluxo. Comenta que o
 148 presidente do CES, solicitou que dessem uma tranquilizada no processo de verificação junto aos
 149 municípios, devido às conferências estarem em andamento; ressalta que em relação à demanda não
 150 teriam como tranquilizar, pois, elas não acontecem aqui e eles não sabem quando acontecerá e pelo
 151 mesmo motivo não trariam um planejamento uma vez que as demandas são ocasionais. Comunica que
 152 desde então em função de não terem estrutura, a coordenação paralisou, porém continuarão a fazer tudo
 153 on-line, mas acha que está errado, pois não tem condições de fazer verificação real dessa forma, dando o
 154 exemplo de Pires do Rio onde o prefeito destituiu o Conselho. Esclarece que uma estrutura do Estado
 155 não pode parar por causa de conferência, porém deve seguir um planejamento estratégico. Desabafa que
 156 é preciso ter diretrizes, caso contrário fica impossível, diz que está colocando suas angústias enquanto
 157 coordenador e enquanto pessoa. Expressa que passará os informes por escrito ao Presidente Walter.
 158 **Presidente Walter** esclarece que, dessa comissão, quatro membros estão envolvidos com a 5ª
 159 Conferência de saúde do trabalhador(a), inclusive estão viajando, a coordenadora da conferência, a
 160 Rosália Matos também e outros conselheiros(as). Declara que tem que ter a compreensão da comissão,
 161 pois quando chegar o mês de julho, ela finalizará e que só se monta diretriz com planejamento. Salienta
 162 que apenas uma comissão entregou seu planejamento diário de trabalho à Mesa Diretora. Concorda com
 163 o conselheiro João Bernardino que, com a troca da assessoria em que assumiu a coordenadora Simone
 164 junto com a servidora Agda, avançou demais, portanto parabeniza. Informa que a partir desse mês de
 165 maio toda a estrutura da SES, passa a usar o e-mail institucional, projeta os e-mails institucionais, para
 166 que todos (as) visualizem e solicita que os conselheiros (as) atentem pois o outro e-mail será inutilizado,
 167 acrescenta que colocará no grupo de WhatsApp dos conselheiros(as). Comunica que o servidor
 168 Leonardo Vergara, que era coordenador da comunicação do CES até dia 30/04, pediu para voltar para a
 169 Gerência de Saúde Mental. Relata que depois que ele assumiu a comunicação do Conselho, as redes
 170 sociais tiveram uma mudança significativa, diz que o servidor veio e aprendeu, e inclusive ensinou.
 171 Tece vários elogios e agradece a contribuição e por tudo que esse servidor construiu. Ressalta que fez
 172 um acordo com a Gerência de Saúde Mental, que quando precisasse do servidor Leonardo no CES, que
 173 ele viria ajudar. **3.4 - CIMEOF** – Comissão Intersetorial de Monitoramento e Execução Orçamentária e
 174 Financeira. **Servidor Leonardo** diz que tem uma honra enorme e orgulho grande de ter registrado na
 175 sua memória várias experiências, quer agradecer ao presidente Walter, e a Inaya Werneck, dizendo que
 176 até ele vir para o CES, só tinha uma porta que ele acessava, que era de servidor da SES, mas o Conselho
 177 abriu uma porta para a realidade do SUS. Agradece imensamente aos colegas, pedindo que os servidores
 178 continuem se cuidando, estende o agradecimento à servidora Ariana Rassi, que dividiu a demanda com
 179 ele, dizendo que ela foi de suma importância nesse trabalho. **Presidente Walter** agradece em nome do
 180 CES, ao servidor Leonardo pela disponibilidade e o trabalho em prol do controle social. Segue para
 181 ordem do dia. **ITEM 1** – Aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reunião Ordinária e 1ª Reunião Extraordinária
 182 de 2025 da Plenária do CES. Pergunta à Coordenação Administrativa, se houve algum pedido de
 183 correção dessas atas e a resposta foi que não houve, então declara aprovadas as três Atas. **ITEM 2** –
 184 Política Estadual de Humanização. **Exposição:** Mesa Diretora. **Presidente Walter** expõe que na última
 185 plenária, na pauta da discussão e deliberação sobre a Política Estadual de Humanização, que a
 186 conselheira Luzinéia Coordenadora da CIRHRT, solicitou pedido de vista, sendo tal pauta suspensa e de
 187 forma regimental, ela levou esse pedido para discussão para CIRHRT, a comissão apresentou no tempo
 188 regimental suas contribuições, sendo o parecer enviado ao CES e repassado à Gerência de
 Humanização. **Presidente Walter** pergunta se esse parecer foi contemplado dentro da Política de



189 Humanização. **2.1 CIRHRT** – Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho.
190 **Conselheira Luzinéia** declara que não tem como dar essa resposta, pois ainda não foi apresentado, se as
191 alterações e sugestões foram acatadas e incorporadas ao texto da Política de Humanização. **Presidente**
192 **Walter** pergunta à Coordenação Técnica se o parecer da comissão foi enviado à Gerência de
193 Humanização e se foi contemplado dentro da Política de Humanização. **Gerente de Humanização**
194 **Maria Salete**, cumprimenta a todos (as), agradece à CIRHRT, diz que foram feitas orientações e
195 sugestões à política apresentada na última reunião. Faz a leitura do documento que será inserido a esta
196 ata como complementaridade de sua fala. Destaca que as orientações foram as seguintes: nas páginas 22
197 e 47 foram contempladas as solicitações. Faz a leitura do documento, sobre novo ponto mostrado pela
198 comissão. Informa que o item 7.4, páginas 25 e 26 já foi contemplado, apenas certificando a existência
199 da mesma. Outro ponto foi incluir a humanização nos processos de formação, capacitação e educação
200 permanente dos trabalhadores, que está contemplado no item 7.4 – letra G, páginas 28 e no item 9.2
201 página 34. Comunica aos conselheiros (as) que no próximo mês estará à disposição de todos os
202 servidores da saúde do Estado de Goiás, o primeiro curso de Humanização do nosso Estado, que ficará
203 na plataforma da escola por 3 três anos e nesse período terá uma curadoria, que atualizará mediante as
204 inovações que acontecerem nas relações de trabalho. Ressalta que foi sugerido incluir a ampliação da
205 comunicação entre as pessoas trabalhadoras na saúde e dessas com os usuários (as) do SUS e seus
206 familiares, considerando o letramento em saúde, está contemplado no item 7.2 – página 22. Relata que o
207 usuário ao sair de uma Unidade especializada junto com a equipe multidisciplinar, será encaminhado a
208 uma Unidade Básica, em sua região, com orientações necessárias para que não ocorra a desospitalização
209 que onere mais ainda o SUS. Salienta que isso vai muito além de tratar com carinho e caridez, ela é
210 uma ferramenta de produção de saúde com eficácia. Cita o que foi contemplado na página 23, dizendo
211 que é justamente e o que está sendo realizado agora, com as conferências, os acolhimentos, escuta
212 qualificada, com exemplo no Cora na casa de apoio, que terá um auditório específico para orientar o
213 retorno dos pacientes para suas casas. Outra solicitação: citar quais são os indicadores que avaliará e
214 monitorará a Política Estadual de Humanização. Declara que sua gerência está avaliando a questão do
215 absenteísmo dos servidores e o que está levando ao aumento desse índice. Em relação ao CID diz que é
216 pessoal, mas aqueles que não constarem no atestado, dará margem para que se pense que há algo
217 gravíssimo, onde haverá duas referências, uma que faz o referencial teórico e o outro quantitativo.
218 Destaca a segurança do paciente, dizendo que indicadores poderão ser criados, na gestão, quando algo
219 que está fora de controle, como queda dos pacientes, eles investigarão o que está causando as quedas,
220 portanto os indicadores serão criados mediante a necessidade de cada Unidade de saúde. Comunica que
221 se a Mesa permitir, dentro de 06 (seis) meses, ela trará para plenária esses indicadores estudados, com o
222 olhar da subjetividade, da visão holística desse ser humano, que é contemplada na humanização.
223 Ressalta que a questão espiritual será implantada no Cora. Segue com as solicitações: Incluir no item 06,
224 que está na página 47, fala que não colocou, mas agora está em verde na política. Explicitar qual o papel
225 do Núcleo Técnico de Humanização: está contemplado nas páginas 33 a 47. Esclarece que o espaço da
226 humanização é aberto a todos, não existe processo seletivo, está contemplado em 9.5, quando a gestão
227 indicará, para que tenham representantes de toda as subsecretarias e gerências. Informa que o Sr.
228 Ricardo é um dos coordenadores da equipe de transplante e foi indicado para o Núcleo, a indicação é
229 para ter todos da cadeia de saúde, com reuniões mensais, online, híbrida, contando com a participação
230 de titulares e suplentes das regionais, para que todo estado de Goiás, esteja representado dentro do
231 Núcleo Técnico e posteriormente será montado um Núcleo Técnico dentro de cada Unidade,
232 Departamento e Gerência que eles trabalharem. Incluir trabalhadores dos serviços no Núcleo para a
233 composição que não seja restrita à gestão. Declara que dessa forma contemplou tudo que foi solicitado
234 pela comissão. Declara que está à disposição de todos e gostaria de ter em suas reuniões a presença do
235 CES, dizendo que enviará o link ou a data de realização, para que os conselheiros(as) prestigiem.
236 **Conselheira Luzinéia** pergunta sobre a tabela com as datas e planos de trabalho. Faz a leitura de alguns



237 pontos e diz que o que solicitaram foi que essas recomendações fossem incluídas no plano de Trabalho,
238 mas ele está inalterado. Ressalta que o documento apresentado pela Gerente Salete, são as considerações
239 teóricas sobre a política, mas diz que o que vai determinar e o que vai ser executado na Política Estadual
240 de Humanização é o que está no plano de Trabalho, ela diz que se não altera no plano significa que o
241 que foi indicado pelo plenário do CES, em nome da CIRHRT, não foi acatado. Expressa que quando se
242 fala em promover a gestão participativa e cogestão com fortalecimento da corresponsabilidade entre
243 gestores, trabalhadores e usuários(as), diz quede fato está contemplado no corpo teórico do texto, mas
244 na prática não está colocado, salienta que a parceria com o COSEMS – Conselho de Secretarias
245 Municipais do Estadual de Goiás e Secretarias Municipais de Saúde, não garantirão que seja colocado
246 na prática. Ressalta que, colocar apoio, formação e humanização sem que haja participação efetiva
247 desses segmentos nas Unidades, se não tiver cronograma que garanta implementação onde não existe e
248 fortalecimento onde já existe, não será possível fortalecer na prática. Destaca que se não tivermos
249 cronograma estabelecido no Núcleo Técnico, atividades que contemplem, condição de trabalho, carga
250 horária e salários, não saberemos quando isso acontecerá, dizendo que a sugestão foi que incluisse no
251 plano. Ela fala que não vê no plano apoio e formação da humanização e que ele não deixa claro essas
252 questões das pessoas trabalhadoras. Item 6: fala que solicita etapas de implantação, a representação dos
253 trabalhadores, dizendo que ficou no corpo do texto e ressalta que no plano de trabalho não tem.
254 Questiona sobre os indicadores e lê o documento na parte que fala sobre os indicadores, dizendo que
255 não foram explicitados. **Vice-presidente Sérgio** opina que não é necessário colocar os indicadores, mas
256 ao menos quando isso será feito no plano de trabalho. **Gerente Salete** esclarece que para o plano ser
257 executado, primeiro a política aprovada tem que ser aprovada, razão pela qual há apenas sugestões de
258 itens para constar do plano. Expõe que não tinha como entregar o plano em decorrência da aprovação.
259 **Presidente Walter** declara que geralmente no pedido de vista, se apresenta o plano original com a
260 integração das proposições e diz que isso não está acontecendo e que o pedido de vista chegou com o
261 parecer e o relatório da CIRHRT e foi enviado à SES. Ressalta que teria que voltar com as proposições
262 inseridas nele no plano. Salienta que na hora da pactuação CIB – Comissão Intergestores Bipartite, o
263 CES, poderá não estar no momento, para saber se as proposituras estarão integradas dentro do plano.
264 **Conselheiro Tiago Raimundo** relata que existe essa discussão para que a política esteja pronta para vir
265 trabalhando com os projetos e o plano de trabalho. Ressalta a experiência com o PEGTES – Plano
266 Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, dizendo que comunicou com a Gerente Salete,
267 que uma meta do PES – Plano Estadual de Saúde, é a implantação de 20 (vinte) núcleos, dentro das
268 estruturas da SES e uma das tarefas, é elaborar esse plano específico para isso e outro para todo o estado
269 de Goiás, que contemple os municípios, pois a política pode ter vários projetos e planos vinculados a
270 ela. **Gerente Salete** declara que dentro do PAS – Programa Anual de Saúde, já está se cumprindo a
271 criação dos núcleos técnicos, no Hospital de Jaraguá, HECAD – Hospital Estadual da Criança e do
272 Adolescente e HDT – Hospital de Doenças Tropicais, que já contemplam os núcleos implantados,
273 faltando apenas nas portarias. **Conselheira Glauciene** cumprimenta a todos(as) e lembra que esse plano
274 já passou três vezes pela plenária e ressalta que a Gerente Salete falou que nessa política só vai ser
275 construído cronograma depois de aprovado o plano de trabalho, porém salienta que foi apontado pelo
276 Presidente Walter e pela Conselheira Luzinéia, algumas coisas que estão no corpo do texto, mas ainda
277 não foram contempladas no plano de trabalho. Questiona que se aprovar o plano hoje, e se considerar a
278 programação com as sugestões que a conselheira Luzinéia trouxe que estão registradas em ata, se isso
279 pode acontecer. **Vice-presidente Sérgio** informa que essa proposta é interessante e foi contemplada no
280 texto do plano, porém é necessário ser apresentado o plano de trabalho detalhando as considerações que
281 foram incluídas. **Conselheira Luzinéia** deixa claro que não é proposta dela, mas sim da comissão.
282 Reitera que as considerações apontadas são para constar no plano de trabalho de execução da política.
283 Salienta que a Política Estadual de Humanização, para ser implementada, ela tem um plano de trabalho
284 e dentro dele, o que é considerado nas indicações, não foi contemplado. Observa que é muito bonito,



285 dizer que é um núcleo aberto, mas aquilo que não tem data, horário e quem vai fazer acaba não
 286 acontecendo. Observa que o (a) trabalhador (a), não se sente incluído em um espaço de discussão
 287 apropriado pela gestão, tem que ser uma vontade política, mas essa representação, daquele que executa,
 288 daquele que está na ponta, se não for chamado, não acontecerá a participação efetiva. Ressalta é
 289 necessário que o controle social dentro das Unidades esteja representado, implantado e funcionante, pois
 290 dali será tirada a representação desse trabalhador (a) que está na unidade de saúde. **Vice-presidente**
 291 **Sérgio** declara que diante disso a propositura é aprovação do plano de trabalho, entendendo que todas as
 292 considerações foram atendidas e aprovar condicionando a apresentação do plano de trabalho a este
 293 Conselho, com definição do prazo para consolidação do plano. **Gerente Salete** pergunta ao conselheiro
 294 Raimundo Tiago, se daria para apresentar o plano na próxima plenária. **Presidente Walter** explica que
 295 seriam três semanas, para a Mesa apreciar se foi contemplada a propositura da comissão e reenviar aos
 296 conselheiros (as), porém se a Mesa der a negativa para avaliação, então não vai para a próxima plenária.
 297 **Gerente Salete** relata que a proposta seria apresentar na plenária de julho 2025. **Vice-presidente Sérgio**
 298 esclarece que a propositura, seria: aprovar a Política Estadual de Humanização, na condição de que o
 299 plano de trabalho seria apresentado, na plenária de julho, contemplando todas as considerações do
 300 Conselho, para ser definitivamente concluída a aprovação. Solicita que aqueles (as) que concordam que
 301 levantem os crachás. **Deliberação:** Votos a favor: votos por contraste. Aprovado com unanimidade.
 302 **ITEM 3 1º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de 2024. Exposição:**
 303 **CIMEOF. Coordenadora Christiane do Valle** esclarece que em relação ao ponto de pauta, que ele não
 304 foi solicitado formalmente pela comissão, pois no dia de mandar a convocação a servidora Ana Paula a
 305 questionou sobre o fato e ela disse à servidora que tiveram uma experiência ruim com uma apresentação
 306 anterior, portanto a decisão tomada por ela como coordenadora, foi de caminhar com os relatórios, para
 307 apresentação ao Pleno, em consenso. Em relação a fala que não demos valor aos convidados. Afirma
 308 que fizeram reuniões com eles até o mês de dezembro antes da eleição e após o processo eleitoral, quem
 309 deveria encaminhar para a comissão, se eles continuariam ou não, seria a Mesa, ou a assessoria técnica
 310 da comissão, o que segunda ela não aconteceu formalmente. Declara que é necessário ter assessorias
 311 técnicas, contábeis e jurídicas num papel permanente no Conselho. Desabafa que não dá para ficar
 312 correndo atrás dessas pessoas, que embora sejam de muito valor, mas elas têm vários compromissos.
 313 Salienta que é salutar o convite feito pelo CES ao Conselho Regional de Contabilidade e à Ordem dos
 314 Advogados do Brasil. Solicita ao Vice-presidente Sérgio, que ajude a trazer esse contabilista para o
 315 CES. Em relação a essas apresentações, a parte contábil e orçamentária financeira, serão reunidas com
 316 as considerações da CIMEPS. **Presidente Walter** declara que deve ser pedido a retirada do ponto de
 317 pauta e a Coordenadora Christiane anui a essa solicitação. **Sra. Viviane** esclarece que em relação aos
 318 quadrimestrais, que eles não têm que ser deliberados e a CIMEPS não emitirá parecer, pois é uma
 319 oportunidade de se fazer propostas. Em relação ao 2024, será feito parecer em relação ao RAG –
 320 Relatório Anual de Gestão, dizendo que passou da hora de fazer apontamentos. **Presidente Walter**
 321 declara que concorda que a CIMEPS não emite parecer sobre RDQA. Ressalta que a pauta pode ser
 322 retirada, para que a CIMEOF tenha mais subsídios para discutir o assunto. Salienta que não compete a
 323 CIMEPS fazer essa discussão, pois a pauta é exclusiva da CIMEOF e o que compete às duas comissões
 324 é fazer a análise do RAG. **Conselheira Christiane explica** que não falou parecer de RDQA, pois não
 325 existe tal parecer, e que se referia ao RAG. Declara que se tiver se expressado mal, então pede desculpas
 326 para Sra. Viviane. **Presidente Walter** ressalta que o RDQA é aprovado ou rejeitado pelo pleno do
 327 CES. **Conselheira Raimundo Tiago** esclarece que o RDQA é de monitoramento e ele não é aprovado
 328 ou negado, ele é apenas validado, verifica se as informações das portarias estão de acordo, sendo que ele
 329 é o consolidado que subsidia o RAG. **Encaminhamento:** **Presidente Walter** solicita que os
 330 conselheiros(as) que concordam com a retirada de pauta do item 3 da CIMEOF, que levantem os
 331 crachás. **Deliberação:** 22 (vinte e dois) votos a favor. Com uma abstenção. Declara Aprovada a retirada
 332 do ponto de pauta. **ITEM 31º, 2º e 3º Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA de**



333 2024. **ITEM 4** – Planejamento das Comissões Intersetoriais. **Exposição:** Mesa Diretora. **Presidente**
 334 **Walter** relata que nem o corpo técnico, nem a Mesa Diretora possuem conhecimento do planejamento
 335 das comissões. Expõe que apenas duas comissões apresentaram o planejamento de trabalho e o
 336 planejamento da CIAMS, que era o mesmo da gestão anterior, portanto tem que ser ajustado. Pergunta
 337 se tem algum planejamento para ser apresentado pelas comissões faltantes. **Coordenadora Técnica**
 338 **Patrícia Brom** informa que a CIMEOF e CIMEPS fizeram a entrega e parabeniza as duas comissões.
 339 **Presidente Walter** afirma que cobrará das demais comissões. Registra a presença da Superintendente
 340 de Controle Interno e Correição Dra. Suellen Ravazzi, dando a ela as boas-vindas. Segue ao próximo
 341 ponto de pauta **ITEM 5:** 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
 342 **Exposição:** Comissão Organizadora da 5ª CESTT. **Presidente Walter** fala ao vice-presidente do CES,
 343 Sr. Sérgio que fizeram 84 (oitenta e quatro) conferências em uma semana, salientando sobre a
 344 dificuldade de veículo, sendo preciso avaliar a possibilidade de conseguir uma VAN. **Conselheira**
 345 **Heloiza Massanaro** e coordenadora adjunta da 5ª CESTT, comemora a boa participação de
 346 conselheiros (as) e dos municípios, ressaltando que participaram da primeira etapa regional da (sudoeste
 347 I e sudoeste II), sendo que 90% na sudoeste II realizaram as conferências municipais e na sudoeste I
 348 foram apenas 30% dos municípios. Expõe que fizeram reuniões semanais, para esclarecer sobre essa
 349 conferência e contaram com algumas coordenações das regionais. Relata que algumas conferências
 350 municipais, tiveram participação das regionais em todos os municípios, porém outras não estiveram
 351 presentes em nenhuma conferência municipal; ressalta que onde não houve essas participações as
 352 propostas acabaram sofrendo algum declínio. Expressa que é importante que os coordenadores das
 353 comissões também se manifestem sobre suas considerações e gostaria que a Lúcia e a Elizabeth,
 354 falassem. Comunica que a conferência estadual foi adiada para os dias 25, 26 e 27 do mês de junho.
 355 Comenta que houve municípios que não conseguiram encaminhar em tempo, e foi permitido inserir
 356 algumas propostas no dia da conferência regional. **Conselheira Rosália** parabeniza todas as pessoas do
 357 CES, a Mesa Diretora, os conselheiros (as), e trabalhadores, pois Goiás foi o Estado que conseguiu levar
 358 o maior número de Conferências municipais, haja vista que elas foram incipientes, pois foi feito um
 359 pacto com o COSEMS, que os municípios fizessem suas conferências junto com a conferência
 360 municipal de saúde, sendo que nenhuma nem a outra foram bem feitas. Expressa que enquanto controle
 361 social, somos peças fundamentais de resistência. Ressalta que um espaço que está em lei e é de
 362 participação e construção do SUS e não é respeitado, as pessoas que estão na gestão, estão
 363 enfraquecendo o SUS e isso é muito sério. Informa que o relatório das últimas conferências não
 364 chegaram, portanto quem não mandou não terão suas propostas incluídas. Denuncia que percebeu que,
 365 na região as propostas eram praticamente as mesmas, as vezes mudavam o verbo. As propostas que
 366 ficaram de fora, estavam contidas nas outras propostas. Relata que a relatoria não fecha as propostas
 367 prontas, pois ela recepciona o que vem dos municípios, tenta organizar, para que as pessoas entendam se
 368 o que estão sendo discutido, está dentro eixo, ressalta que para isso tem alguns destaques: supressão
 369 total, supressão participa e alteração de palavras, sem mudar o sentido da proposta e diz que é assim que
 370 são feitas as propostas. **Conselheira Heloiza Massanaro**, informa que foram realizadas 186 (cento e
 371 oitenta e seis) conferências municipais, totalizando 75% dos municípios goianos. **Conselheira**
 372 **Elizabeth** expõe que é frustrante para o delegado, o fato de município não enviar proposta. Declara que
 373 é preciso pensar em como o CES, cobrará do município para que as propostas cheguem em tempo hábil.
 374 **Conselheira Luzinéia** declara que, já tem alguns anos que tem acontecido de haver propostas
 375 praticamente iguais, dizendo que é preciso avaliar sobre a participação dos segmentos e representações.
 376 Opina que não se deve abrir mão da indicação dos delegados de nenhum segmento. Comenta sobre um
 377 fato quando observou que uma pessoa da Regional de Saúde que não sabia o que estava acontecendo,
 378 não tinha conhecimento do Regimento, sendo que trabalhava na Regional. Salienta que é preciso
 379 enfrentar esse problema, pois quando não é exigida dessa indicação, há o risco da desqualificação de
 380 quem vai participar da conferência estadual. Ressalta que o intuito é estimular a participação de todos



381 (as), porém o controle social é desqualificado quando se referendam pessoas que representam a si
 382 mesmas, indo para todas as etapas das conferências. Conta que recebeu várias denúncias de municípios
 383 que não tiveram indicação de trabalhadores, mas só de gestores. Sugere a exigência das indicações,
 384 principalmente dos Conselhos de categorias. Questiona se tem valido a pena o gasto com as
 385 conferências. **Conselheira Maria de Fátima** cumprimenta a todos (as) e relata que nos espaços que
 386 participou, notou que é necessário tomar iniciativas no CES, antes que as conferências comecem
 387 dizendo que as dificuldades que acontecem é devido à não ter uma orientação clara para saber quem
 388 estará lá, quem são os conselheiros (as) e quem coordenará. Ressalta que se preocupa com o papel do
 389 controle social, pois o presidente do CMS, participa da abertura da conferência e depois vai embora,
 400 deixando lá os gestores e demais autoridades; salienta que a participação e a mobilização nesses espaços
 401 são muito importantes. Comenta sobre a dificuldade de não saber a realidade dos Conselhos, se estão
 402 constituídos, qual a participação deles na conferência. Destaca a importância das conferências dos
 403 municípios, em que teve o diferencial da participação de prefeitos os secretários de saúde de educação
 404 de infraestrutura e Conselhos Tutelares em vários. Em relação às propostas, observa que as dificuldades
 405 são devido ao desconhecimento dos municípios, dos instrumentos e da legislação. Lembra que a grande
 406 maioria realizou a primeira conferência e não conhece a política e não sabe como utilizá-la para no
 407 debate. Expõe que reforçou a importância da representação de todos os segmentos, pois muitas vezes a
 408 regional não sabe a diferença. Frisa que as duas conferências foram feitas juntas e algumas em meio
 409 período. Elogia as Regionais pela organização, divulgação, decoração, cartazes, diplomas e alimentação
 410 que foram muito boas. **Conselheira Glauciene** informa que foi convocada para representar o Presidente
 411 Walter, no dia 24 de abril na conferência em Cromeínia de Goiás. Elogia, dizendo que foi muito
 412 organizada, bonita e com grande participação de representatividade de autoridades da cidade, inclusive
 413 de moradores e usuários (as). Expõe que palestrou sobre a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
 414 como Direito Humano, declara que foi muito feliz com o tema, que trouxe luz. Pontua que falou dos
 415 eixos e entende a dificuldade de realizar tantas conferências em tempo recorde, sendo necessário grande
 416 esforço. Opina que o ideal é que as conferências aconteçam o dia todo. Ressalta que a paridade foi
 417 respeitada, que as pessoas foram bem assistidas e a alimentação também foi muito boa. Agradece
 418 dizendo que aprendeu muito. Relata que participou do Congresso Internacional da Saúde da Criança e
 419 do Adolescente, na cidade de Ceres, em que estavam presentes professores de Moçambique, Espanha e
 420 Florianópolis, que abordaram sobre o uso de tela para crianças pequenas. Declara que ficou assustada,
 421 devido ao tempo em que elas ficam expostas, inclusive os bebês. Comenta que ficou encantada com a
 422 estrutura do Instituto Federal de Ceres, também ficou muito feliz com essa representatividade dos
 423 usuários(as) e se coloca a disposição sempre. **Presidente Walter** fala que em relação aos
 424 questionamentos, quem faz o levantamento dos gastos finais da conferência é o Conselho Estadual de
 425 Saúde, não as SES, sendo que o projeto é assinado pela Secretaria Executiva e o Presidente do CES e
 426 tem que ser apreciado e aprovado pelo Fundo Estadual de Saúde. Fala que na conferência passada, ele e
 427 o Secretário de Saúde resolveram usar o fundo rotativo, das Regionais de Saúde para fazer conferências,
 428 sendo proibido por Lei, e a qualquer momento podem responder por isso. Em relação à fala de membros
 429 da comissão organizadora foi citada a construção conjunta de duas conferências municipais; segundo
 430 ele, se houve erro não foi do município, pois o CES, pactuou com o COSEMS, sendo a proposta feita
 431 aceita pela Comissão Organizadora e posteriormente pelo plenário do CES, portanto não se pode
 432 reclamar do que foi decidido. Salienta que se houve duas conferências em meio período, cabe ao CES
 433 avaliar e validá-las ou não, porém não cabe o Conselho intervir em obrigação que é do município, mas
 434 ele pode intervir na 5ª CESTT que é de responsabilidade do CES. Ressalta que é vergonhoso para
 435 GERES – Gerências Regionais de Saúde, que uma conferência municipal realizada na sede da Regional,
 436 sem a participação de nenhum membro da mesma. Declara que pode ter muita dificuldade na gestão
 437 pública, mas algumas regionais precisam ser revistas. Agradece extremamente ao CEREST estadual,
 438 lembrando que deu as boas-vindas à Katia quando assumiu a Gerência e que ela colocou o CEREST à



439 disposição das conferências. Salienta que quando fala, alguns sofrem as consequências, e quando cobra
440 na GERES, a gerente de gabinete cobra das suas gerências também. Declara que chamou a atenção do
441 Coordenador Nacional Luiz Leão, que tirou o foco do CEREST na realização das conferências. Afirma
442 que tem que reconhecer o papel do CERESTs de Ceres, de Aparecida de Goiânia, e que alguns precisam
443 rever o seu papel, relatando que ficou assustado com a palestra de Anápolis na Conferência de
444 Gameleira. Elogia as Organizações que atuaram construindo conferências fora da estrutura do CES,
445 como a: CUT – Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás, do SINDSAÚDE construiu 5
446 conferências livres, a ABRATO – Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais de Goiás, o
447 CREFONO 5 – Conselho Regional de Fonoaudiologia 5^a Região, o CREFITO 11 – Conselho Regional
448 de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil , o
449 SINT-IFESGO Sindicatos trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação da Instituições
450 Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás, junto com os IFs que fizeram conferências livres, que
451 passarão a integrar a conferência Estadual. Explica que existe um prazo para entrega dos relatórios para
452 serem inseridos na conferência. Relata que houve um pedido de dilatamento de prazo do município de
453 Santa Terezinha de Goiás, onde houve um falecimento de uma conselheira, integrante da Mesa Diretora
454 do CMS. Informa que consultou a Coordenadora da Relatoria e posteriormente autorizou a realização da
455 conferência que já aconteceu naquele município. Pergunta ao plenário se deverão referendar a realização
456 da conferência, com dilatação do prazo de 3 (três) dias, solicitando que os (as) que concordam que
457 levantem os crachás. **DELIBERAÇÃO:** Sem abstenções, com unanimidade está referendada para
458 compor a conferência regional de São Patrício I e II. Reforça que a entrega dos relatórios das
459 conferências livres, tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos após a realização da conferência, para ser
460 incorporadas à Conferência Estadual. **Gerente Kátia – CEREST**, cumprimenta a todos (as) e agradece
461 a acolhida e a relação de respeito. Relata que assumiu a Gerência de Vigilância ambiental da Saúde
462 Trabalhador. Expõe que esteve na Câmara Técnica do CONASS – Conselho Nacional de Secretários de
463 Saúde e traz uma mensagem de satisfação, porque Goiás, considerando o cenário nacional, foi o estado
464 que mais conseguiu promover as conferências municipais. Afirma que tem dito para a equipe do
465 CEREST, que gostaria que estivessem mais próximos dessa trajetória, contribuindo mais, embora
466 tenham limitações. Em relação a fala da falta de participação de algumas regionais, diz que em cenário
467 nacional, as dificuldades foram as mesmas expostas na Câmara Técnica, e ressalta que no Estado de
468 Goiás, há alguns vazios de CERESTs regionais e agora há a possibilidade de habilitar mais três. Expõe
469 que tentarão com a ajuda do CES, avaliar quais são os maiores vazios, para promover a política também
470 que nessa regiões. Comenta sobre a confusão, que foi dito na Câmara Técnica, que a conferência se dá
471 somente com os profissionais de saúde, e da Saúde e retruca que não é isso, pois são de todos os
472 segmentos e todos os vínculos empregatícios. Relata sobre a participação no Integra Saúde, onde
473 trataram diretamente com os gestores municipais, sobre a importância de realizar as conferências
474 municipais de saúde do trabalhador e da trabalhadora e ressalta que devido ao trabalho nos STANDs,
475 esclarecendo sobre essas conferências, que, naquele momento o número de conferências agendadas,
476 passou de 38 (trinta e oito) para 186 (cento e oitenta e seis). Parabeniza pelo resultado e se coloca à
477 disposição, dizendo que estará com o CES, para trabalhar juntos nessa empreitada. **Presidente Walter**
478 transmite a essa comissão Organizadora Estadual, o que a Gerente Kátia falou. Declara que pela
479 primeira vez no controle social, Goiás superou as expectativas no âmbito nacional, salientando que foi
480 pactuado com a SES e o COSEMS, porém em outros estados, a gestão pública não apostou nessa
481 conferência. **Conselheiro Gerinaldo** representante do GRUPAGO - Grupo de Paciente Artríticos de
482 Goiás, pontua sobre três coisas: contando que onde esteve, quase todos CMSs estavam irregulares.
483 Salienta que a participação dos usuários (as) foi muito limitada, sugerindo que as conselheiras Luzinéia
484 e Heloiza ou coordenação da CIAMCMS, que encontrem um modo de efetivar essa participação. Cita
485 também a questão das propostas apresentadas, diz que os próprios trabalhadores possuem dificuldade de
486 elaborá-las, sendo necessário retomar o esclarecimento sobre isso. Aborda a questão dos usuários (as),



487 citando que aqui em Goiânia e Aparecida de Goiânia, tiveram dificuldade de complementar a
 488 participação dos usuários (as). **Presidente Walter** agradece o conselheiro Gerinaldo que foi o único que
 489 não era da Comissão Organizadora, que palestrou brilhantemente nas conferências municipais. Informa
 490 que tem uma proposta encaminhada por vários membros da comissão organizadora, encabeçada por ele
 491 e a conselheira Rosália, para tirar o ofício de qualificação do delegado (a) usuário (a). Afirma que o
 492 trabalhador (a) tem que provar que é trabalhador (a), o gestor também tem que provar que é gestor, o
 493 problema é que, normalmente são estes que ocupam a vaga de usuário (a), sendo este prejudicado.
 494 **Conselheira Rosália** esclarece a fala dela em relação às conferências de meio período, ela tem plena
 495 consciência que foi um pacto foi uma aposta que o CES fez, mas faz uma análise, para que as próximas
 496 não sejam feitas assim, pois é preciso amadurecer uma decisão que o Conselho tomou. Informa que
 497 recebeu uma denúncia de Alto Paraíso, de que os gestores estão tomando vagas das pessoas
 498 trabalhadoras e que lá não havia usuários (as). **Presidente Walter** declara que é regimental, que
 499 qualquer pessoa que estiver irregular, de um segmento ocupando a vaga do outro, se tomarmos
 500 conhecimento e uma vez comprovada, a comissão organizadora tomará a decisão, envolvendo a
 501 Regional da Entorno Norte; afirma que averiguará isso. **Conselheiro Wilson** representante da CROO –
 502 Câmara Regional de Óptica, Optometria e Contatologia do Estado de Goiás cumprimenta e expõe uma
 503 dúvida sempre presente e a Gerente do CEREST falou sobre a amplitude, ele pergunta de que maneira
 504 prática essas conferências protegem ou levam algum benefício a esses trabalhadores, a exemplo do
 505 trabalhador que está representado no banner, que é um bombeiro e como a conferência atinge esses e
 506 outros trabalhadores. **Presidente Walter** explica que não é a conferência que leva o benefício e sim o
 507 resultado que é a construção da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Lembra
 508 que a conferência do CMS de Goiânia, possui 7 (sete) distritos sanitários, onde se inicia a discussão de
 509 toda a conferência dos municípios e chega na etapa regional e distrital e não vê conselheiros (as)
 510 estaduais que são moradores do município participarem da conferência municipal. Pergunta quantos
 511 conselheiros (as) estaduais participaram de qualquer etapa da Conferência Municipal de Saúde do
 512 Trabalhador e da Trabalhadora, sendo que 90% deles moram em Goiânia. Fala que não adianta dizer
 513 que é usuário (a) e não participar dos espaços de discussão de construção da política estadual e que o
 514 Plano Estadual de Saúde Mental foi discutido em uma conferência estadual e a Conferência de Gestão
 515 do Trabalho discutiu a situação do trabalhador (a) do SUS ,porém diz que a que a 5ª CESTT não é
 516 assim, pois é para todos trabalhadores, para dona de casa, o preto, o LGBTQIA+, lembrando também
 517 dos desempregados e dos informais, perguntando qual é a política que existe para eles. Questiona
 518 também qual foi a última vez que discutiram saúde do trabalhador (a) no âmbito do Estado. Declara que
 519 a dificuldade nessa conferência em âmbito nacional, é porque ela era do ano passado. Relata que o
 520 COSEMS deixou bem claro que 70% dos Secretários municipais, não usam o SUS e 50% dos prefeitos
 521 eleitos não conhecem o SUS. **Encaminhamento:** retirar do segmento de usuários (as) a obrigatoriedade
 522 de apresentar o ofício que confirma sua representação dentro do seu segmento. Solicita que aqueles que
 523 concordam que nessa conferência, se retire o ofício que referenda as entidades para delegados (as) do
 524 segmento de usuários (as), que levantem os crachás. **Deliberação:** Votos a favor: Por contraste:
 525 Nenhum voto contrário; 2 abstenções. Aprovado. **ITEM 6:** Apresentação do Painel de Auditoria do
 526 SUS. **Vice-presidente Sérgio** fala da forma como a gestão está tratando os dados e as informações do
 527 Estado, com ações para promover o controle social, facilitando a relação com a sociedade, afim de que
 528 ela use esses dados como ferramenta, conhecendo-os e podendo até intervir. Ressalta que o CES
 529 também precisa conhecê-los, para executar o controle social. **Gerente de Auditoria do SUS Júlia Elisa**
 530 cumprimenta a todos (as) se apresenta informando que é do quadro da Controladoria Geral do Estado de
 531 Goiás, compondo também o quadro de Gerentes da SES e que são o componente Estadual do Sistema
 532 Nacional de Auditorias. Ressalta que os membros do CES, como mestres em legislação de SUS,
 533 conhecem o SNA e sabem que ele é tripartite, tendo auditores no Ministério da Saúde em todos os
 534 estados da federação, em Brasília e também o componente Estadual da SES, dizendo que cada um dos



535 246 municípios deve ter o seu componente municipal. Ressalta que dos 246 (duzentos e quarenta e seis)
536 municípios de Goiás, apenas 7 (sete) são reconhecidos, que detém o componente municipal de auditoria
537 formalizado. Segue para sua apresentação, mostrando um painel e comunica que todos receberão as
538 informações para acesso posterior. O documento contido no painel será inserido a esta ata como
539 complementaridade de sua fala. Informa que esse painel contem atividades do ano de 2023 até agora e já
540 fizeram 242 entregas, desde então. Expõe que eles vão na unidade auditada, ou no município e
541 encontram situações, com a normativa do SUS, que são classificadas como: em conformidade ou não
542 conforme. Relata que esse painel foi sugestão do Dr. Sérgio Vêncio e foi feito com ajuda da SUTIS –
543 Superintendência Tecnologia, Inovação e Saúde Digital da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás, com
544 dificuldade pois não possuem acesso ao SISAUD/SUS – Sistema de auditoria do SUS, então precisaram
545 construir um banco de dados paralelo, com dados de auditoria do SUS, em uma planilha da rede interna
546 da SES, sendo esse painel feito a partir disso. Mostra o resultado no painel e segue apresentando os
547 dados. Relata que essa é uma ferramenta de gestão que pode ser muito útil para o CES. **Vice-presidente**
548 **Sérgio** comenta que o link será colocado no grupo, para que todos conheçam e sirva de instrumento.
549 **Conselheira Marília** observa que foi dito que o relatório conclusivo é encaminhado só para o órgão de
550 direção, diz que como já foi objeto de reclamações, sendo noticiado que esse relatório já foi
551 encaminhado para casas legislativas de determinados municípios, causando inúmeros constrangimentos.
552 **Gerente Júlia Elisa** pede desculpas dizendo que se expressou mal e que sempre encaminha para a
553 unidade auditada e também é orientada por uma Portaria do MS, à encaminhar para todos os órgãos de
554 controle social interno e externo e portanto diz que deveria inclusive mandar para o Ministério Público.
555 Esclarece que a situação citada pela conselheira Marília, foi sobre o RAG e esses relatórios precisam ser
556 encaminhados para a Câmara de Vereadores do município. **Conselheira Marília** opina que
557 determinados filtros são importantes, pois há pessoas que não entendem esses dados e os interpretam
558 mal. Sugere que tenham cuidado na exposição indiscriminada desses dados. **Gerente Júlia Elisa**
559 comunica que estão obedecendo a Lei de Acesso à Informação estadual, quando fazem essa publicação,
560 inclusive sendo a criação deste painel é uma repetição, pois esses mesmos dados já são disponibilizados
561 pelo Consulta Auditoria, que é um site do Ministério. Esclarece que, quando termina as auditorias, elas
562 vão direto para o site do Ministério, onde os filtros são mais difíceis de manusear. Ressalta que a lei
563 exige que, quando disponibiliza uma auditoria concluída, ela tem que ser publicada. **Conselheiro João**
564 **Bernardino** cumprimenta a todos (as) e informa que está na coordenação da CIAMCMS, e achou muito
565 importante a apresentação, para poder prosseguir verificando se nos lugares em que houve visitas dessa
566 comissão, se o monitoramento está funcionando ou não. Salienta que essa ferramenta irá auxiliá-los
567 muito. Expõe que recebeu uma denúncia de que em Pires do Rio os gestores estão ocupando o lugar dos
568 trabalhadores. Comenta que o controle social tem que ser feito às claras. **Gerente de Governo Aberto**
569 **Lívia Soares** cumprimenta a todos (as) e se apresenta dizendo que veio falar à respeito da LAI Lei de
570 Acesso à Informação, que é uma lei federal e também uma Lei Estadual, que veio depois de dois anos
571 para normatizar. Relata que hoje a LAI regulamenta o acesso às informações públicas e isso na
572 transparência passiva, as informações já devem estar expostas em local de fácil acesso ao usuário (a),
573 dizendo que a Lei 18.025 do estado veio normatizar isso. Destaca que a lei exige o mínimo de
574 informações que estão estabelecidas como: estrutura organizacional, competências, endereços, telefones,
575 registros de repasses, transparências, execução orçamentária financeira, licitações e contratos e a
576 remuneração dos servidores. Comunica que a LAI afirma que o acesso à informação é direito
577 fundamental e instrumento essencial para o controle social. Cita que o artigo 8º Projeta o Portal da SES,
578 expondo-o a todos (as). Explica sobre a padronização que desde 2018/2019 há uma página e possuem
579 boas práticas, a cada ano a saúde tem muito mais informações para divulgar, sendo a transparência ativa
580 100%. Mostrando um tutorial de como acessar as principais informações e relata que atualmente no
581 programa de compliance público, existem eixos e para cumprir todas as exigências e criaram uma
582 metodologia de avaliação para seguir com todos os itens. Informa que as regras vêm pelos Tribunais de



583 Contas do Brasil e outras organizações que ditam essas regras e o estado de Goiás, junto com Tribunal
 584 de contas, Controladoria Geral do Estado e agora com a Saúde, criam uma metodologia para poder
 585 cumprir. Segue mostrando os quadros existentes no portal, lendo os títulos apresentados. Menciona
 586 também da obrigatoriedade de publicações por parte dos Conselhos. Esclarece sobre a metodologia de
 587 atualização de informações das organizações sociais. Expõe que cada item desta página das OSs são
 588 acompanhados e quando não possuem as informações a equipe cobra das OSs. Fala que no acesso às
 589 informações das OSs e das OSCs, dizendo que tem uma página de prestações de contas e relatórios das
 590 ações dessas organizações. Declara que como foi dito anteriormente da obrigatoriedade de publicar as
 591 auditorias e as inspeções, tudo tem que ser transparente. Em relação aos repasses, foi montado um
 592 relatório de orçamento que contém: investimentos, repasses, glosas, sendo tudo dividido por mês,
 593 ressaltando que essas planilhas de informações financeiras serão melhoradas e no momento contém
 594 informações de monitoramento, obras, compras e patrimônio. Destaca que o estado de Goiás está em
 595 primeiro lugar na questão da transparência no âmbito nacional, cumprindo todos os critérios, sendo que
 596 a SES está na categoria diamante de cumprimento dos requisitos de transparência. **Vice-presidente**
 597 **Sérgio** salienta que além do obrigatório, tem também ações de boas práticas, que estão sendo
 598 organizadas para facilitar a consulta. Destaca que isso é muito importante para quem trabalha com o
 599 controle social, podendo até ser solicitada acréscimos de boas práticas. Parabeniza às Gerentes Júlia e
 600 Lívia. **Presidente Walter** agradece às Gerentes Júlia e Lívia e conta que através da auditoria feita pela
 601 SES, que notificou o Conselho e também a denúncia via auditoria do sistema, que foram identificadas as
 602 duas cidades, Portelândia, que foi bloqueado os recursos, devido ao Conselho ser falso. Destaca que de
 603 acordo com a Lei estadual 18.865, o Conselho com mal funcionamento, inconsistente, que não segue o
 604 regramento jurídico, quem intervém e o administra é o conselho Estadual. Solicita ao Vice-presidente
 605 Sérgio e à Gerente Júlia que quando identificarem irregularidades, que notifiquem o CES, que tomará
 606 providências. **Conselheira Christiane** cita os dados que são lançados pelas OSs e OSCs, perguntando
 607 quem fiscaliza in loco. **Vice-presidente Sérgio** responde que é feito pela Superintendência de
 608 Monitoramento dos Contratos de Gestão e Convênio, que publica os relatórios no site da transparência.
 609 **Conselheira Christiane** pergunta onde estão os relatórios, se a atualização é de acordo com o
 610 cronograma e solicita que os localizem no momento da reunião, se essa atualização é de acordo com o
 611 cronograma. **Gerente Lívia** explica que o monitoramento é feito pela SUPECC, e eles têm pontos todo
 612 mês para atualizarem as informações e o cronograma é de responsabilidade deles. **Conselheira**
 613 **Christiane** diz que precisamos fazer uma plenária toda só pra isso, para que os conselheiros (as)
 614 entendem como funciona isso. **Vice-presidente Sérgio** explica que ele mesmo falou que tinha
 615 informação que não havia, porém o controle social pode detectar e solicitá-la à SES. Ressalta que estão
 616 sendo fornecidas as ferramentas e instrumentos, para o CES olhar e agir. **Conselheira Christiane**
 617 pontua que a transparência em fiscalização em qualquer documento, tem que apresentar dados
 618 concretos, tendo que apresentar da entrada e saída de qualquer valor. Salienta que não é o papel do
 619 controle social, ficar acessando e olhando, pois isso é papel da gestão da Secretaria. **Vice-presidente**
 620 **Sérgio** informa que em 2023, a obrigatoriedade do índice médio de transparência de divulgação legal
 621 era de 55%, e atualmente estão chegando a um índice de 93% de divulgação dos itens que é obrigação
 622 do Estado divulgar; salienta que o objetivo é alcançar 100%. **Presidente Walter** informa que marcarão
 623 uma plenária pra discutir esse assunto. Destaca que não há quórum no momento, portanto precisa
 624 encerrar a plenária. Agradece a participação das Gerentes Lívia e Júlia. Expõe que resolveu abrir uma
 625 sala no CES, que tem bastante material disponível e foi colocado à disposição, tanto no hall de entrada
 626 do CES, como na entrada do auditório, um material de publicação do CNS e do Ministério da Saúde
 627 tendo inclusive o relatório final da 10ª Conferência Nacional de Saúde, ressaltando que estão levando
 628 para as conferências. Declara encerrada a Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de
 629 Goiás às 13h07 (treze horas e sete minutos), em que estiveram presentes os (as) seguintes
 630 Conselheiros(as): **SEGMENTO GESTOR: TITULARES: Marcos Vinícius Milki – GADJ/SES –**



631 Gabinete do Secretário Adjunto; **Raimundo Tiago de Lima Pires** – GEPI/SES – Gerência de
 632 Planejamento Institucional – SES; **Sérgio Gomes de Carvalho** – SUPGAPC/SES – Superintendência
 633 de Governo Aberto e Participação Cidadã; **Marília Claudia Carvalhais Teixeira** – COSEMS/GO –
 634 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás e **Rosália Pereira Matos** –
 635 SEMS/GO – Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás. SUPLENTES: **Joyce de**
 636 **Almeida Silva Newman** – SPAIS/SES – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde.
SEGMENTO PRESTADOR: TITULARES: **Mariângela Dias Ribeiro** – ACCG – Associação de
 637 Combate ao Câncer em Goiás; **Tais Pires Terra Araújo** – APAE Anápolis – Associação de Pais e
 638 Amigos dos Excepcionais de Anápolis; **Rosa Irlene Maria Serafim** – NPQ – Núcleo de Proteção aos
 639 Queimados, Assistência e Proteção ao Sobrevivente a Queimaduras e **Christiane Maria do Valle**
 640 **Santos** – SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Bancos de Sangue do Estado de
 641 Santos – SUPLENTES: **Leonora Rezende Pacheco** – UFG – Universidade Federal de Goiás e **Leticia**
 642 **Tonini Pinheiro da Silveira** – FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **SEGMENTO**
 643 **TRABALHADOR:** TITULARES: **Marta Maria Neto Silva** – ABRATO – Associação Brasileira dos
 644 Terapeutas Ocupacionais de Goiás; **Fabrício Alencar de Camargo** – CRBio-04 – Conselho Regional
 645 de Biologia 4ª Região; **Rodrigo Carvalho do Rego Barros** – CRP – Conselho Regional de Psicologia
 646 9ª Regional; **Dionne Hallyson Silva de Siqueira** – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros do Estado de
 647 Goiás; **Luzinéia Vieira dos Santos** – SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de
 648 Saúde no Estado de Goiás; **Maria de Fatima Veloso Cunha** – SINTASB – Sindicato das(os)
 649 Técnicas(os) e Auxiliares em Saúde Bucal do Estado de Goiás; **Heloiza Helena Mendonça Almeida**
 650 **Massanaro** – SINTFESP/GO-TO – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos
 651 Estados de Goiás e Tocantins e **João Bernardino Gonçalves Neto** – SINTSEP – Sindicato dos
 652 Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás. SUPLENTES: **Meillyne Alves dos Reis**
 653 – ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás e **Sueli Almeida Neves Sousa** – CRESS
 654 – Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região. **SEGMENTO USUÁRIO:** TITULARES: **Severino**
 655 **Soares da Silva** – AAZ-GO – Associação de Alzheimer e Doenças Similares de Goiás; **Janaína**
 656 **Mathias Guilherme Soares** – ABRALE – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; **Elizabeth**
 657 **Mendes Ramos** – AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás; **Lúcia Darck Graciana Pereira** –
 658 **ASMOP** – Associação por Moradia Popular de Goiás; **Walter da Silva Monteiro** – CMP – Central de
 659 Movimentos Populares de Goiás; **Nery Mesquita Júnior** – GLEG – Grande Loja Maçônica do Estado
 660 de Goiás; **Neiton Pedro Chaves** – Instituto Cerrado Nativo; **Lorrany Kettilyn Almeida de Jesus**
 661 **Fernandes** – Instituto Projeto Rondon; **Glauciene Maia de Almeida Praxedes** – Pastoral Carcerária da
 662 Arquidiocese de Goiânia; **Genésio Carlos Zaffalon** – SINPRO – Sindicato dos Professores do Estado
 663 de Goiás; **Dayse Mary da Silva** – SINT-IFESGO – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-
 664 Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás e
 665 **Roberto da Silva Ribeiro** – STIUEG – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado
 666 de Goiás. SUPLENTES: **Wilson Cardoso Pires** – CROO – Câmara Regional de Óptica, Optometria e
 667 Contatologia do Estado de Goiás e **Gerinaldo Teodoro de Assunção** – GRUPAGO – Grupo de
 668 Pacientes Artríticos de Goiás. Dando por encerrada a reunião, da qual, Míriam Regina Dias Oliveira,
 669 Apoio Administrativo redigiu e lavrou esta ata, posteriormente firmada e assinada pelos membros
 670 presentes da Mesa Diretora, representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter da Silva
 671 Monteiro _____ e Primeiro Secretário Neiton Pedro Chaves
 672 _____ cujos poderes foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº
 673 32/2025 do dia 02 de janeiro de 2025.